



## Ata Nº 45

Ao vigésimo sétimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte, neste concelho de Portalegre no Centro de Congressos do edifício dos Paços do Concelho compareceram: Maria Adelaide de Aguiar Marques Teixeira, Presidente da Câmara Municipal, através de vídeo-conferência, Nuno Gonçalo Franco Lacão, João Nuno Cativo Cardoso, Armando Jorge Mendonça Varela, Luis António Cara d'Anjo Sequeira Calado, José Correia da Luz e João Filipe Velez Afonso na qualidade de Vereadores, para realizarem a reunião Extraordinária de Câmara. -----

Estiveram presentes os seguintes dirigentes, trabalhadores e Chefe de Gabinete: Adriano Bailadeira, chefe de Gabinete da Senhora Presidente, Cláudia Capote, chefe de divisão de ordenamento, planeamento e gestão urbanística, Maria Ester Sequeira, chefe intermédia de terceiro grau da divisão de administração geral e finanças, José Manuel Gandum, chefe da divisão de administração geral e finanças e José Carrapiço, assistente técnico tendo a reunião sido secretariada pelo chefe da divisão de administração geral e finanças, José Manuel Figueiredo Gandum. -----

**ABERTURA DA REUNIÃO:** Pela Senhora Presidente foi a reunião declarada aberta eram 10.00 horas, passando a Câmara Municipal a tratar os assuntos constantes da ordem de trabalhos: -----

### A. Substituições

O Senhor Vereador Artur Jorge Coelho Correia e Luís Manuel Madeira Pargana fizeram-se substituir, nos termos do artigo 78.º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, pelos Senhores Vereadores João Filipe Velez Afonso e Luis António Cara d'Anjo Sequeira Calado, respetivamente, nos termos do estabelecido pelo n.º1 do art.º 79.º daquele diploma. --- A Câmara Municipal nos termos da alínea c) do artigo 39.º, do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou considerar justificada a falta dada pelo membro atrás referido. -----



## I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

**Tomou a palavra a Senhora Presidente** a qual apresentou cumprimentos a todos os presentes, tendo passado a apresentar o documento da proposta de orçamento para 2021.-----

**Tomou a palavra o Senhor Vereador Armando Varela** o qual apresentou cumprimentos a todos os presentes, passando a referir-se ao documento do orçamento para 2021, dizendo que lamenta não ter tido acesso à documentação já solicitada, por forma a estar munido de informação necessária. Disse ainda que também lamenta não lhe terem sido solicitados os seus contributos para a elaboração desta proposta de orçamento para 2021, passando a fazer uma análise mais técnica e pormenorizada ao referido documento colocando algumas questões. Passou também a deixar algumas sugestões que na sua opinião deveriam estar incluídas neste orçamento. Foi referido pelo Senhor Vereador Armando Varela que: *"está explícito no orçamento o amor que existe no CLIP para com a freguesia de Alegrete, sugerindo que o Senhor Vereador Nuno Lacão mantenha a sua ligação à Freguesia não vá esse amor se perder."*-----

**Pelas 10.33h ausentou-se da sala o Senhor Vereador Nuno Lacão em protesto com as declarações do Senhor Vereador Armando Varela.**-----

**Tomou a palavra o Senhor Vereador José Correia da Luz** o qual apresentou cumprimentos a todos os presentes, tendo dado as boas vindas ao Senhor Vereador João Velez Afonso. De seguida referiu-se à intervenção do Senhor Vereador Armando Varela passando a especificar alguns pontos abordados, dizendo por fim que este documento não irá obter o seu voto favorável.-----

**Tomou a palavra a Senhora Presidente**, a qual passou a responder detalhadamente às questões e intervenções dos Senhores Vereadores Armando Varela e José Correia da Luz.-----

**Tomou a palavra o Senhor Vereador Armando Varela**, o qual disse que iria tomar a iniciativa de apresentar uma proposta à reunião de Câmara para que o Tribunal de Contas de pronuncie relativamente à aplicação da lei 50, ou seja a lei quadro da



Câmara Municipal de Portalegre

*Handwritten signature and initials*

transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.-----

## II - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

### Sem Intervenção

Nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não foi formulado qualquer pedido de intervenção por parte do público assistente.-----

Pelas 11.10h voltou a entrar na sala o Senhor Vereador Nuno Lacão. -----

## III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### DAGF - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

#### **Serviço de Finanças – Contabilidade**

**1546 – Para deliberar** – Pela Senhora Presidente foi presente o Orçamento 2021 e Mapa de Pessoal. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, com os votos contra dos Senhores Vereadores Armando Varela, Luis Calado, José Correia da Luz e João Velez, não aprovar o Orçamento e Mapa de Pessoal para 2021. -----

#### **Declaração de Voto do Senhor Vereador Armando Varela**

"Considerando que:

- *Foram solicitados por email de 2020-10-12 os mapas de execução orçamental relativamente a 2020, em momento imediatamente posterior ao convite endereçado ao PSD para apresentação de contributos sobre a presente proposta de Orçamento para 2021* -----
- *Que estes mesmos elementos já haviam sido solicitados em reuniões de camara anteriores e continuaram a ser em reuniões de camara posteriores* -----
- *Que, porém, o executivo em permanência nunca entendeu disponibilidade para fornecimento dos elementos ora pedidos e consideradas indispensáveis ao exercício do legítimo e consagrado na lei, Direito de Oposição* -----



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Porém e havendo recebido os atuais documentos em apreciação sobre o OGOP 2021 em 2020-11-24, foi efetuado um esforço de análise e apresentação de contributos ainda que sem quaisquer elementos complementares para avaliação, sinalizamos as seguintes observações:-----

- Fundação Robinson -----
  - o Falta de Orçamentação sobre o pagamento da quota parte de prejuízos devidos pela CMP entre os anos 2014 e 2019, no âmbito da Lei 50/2012 de 12 de julho em valor de 584131.88€ (56.57% - quota que a CMP tem na Fundação Robinson) e 1032582.43€ (100%)-----
  - o Que os elementos de Fecho de contas de 2019, não foram apresentados em RCM, apesar de e ao que se julga saber estarem a funções a administradora delegada, Contabilista certificado e revisor oficial de contas -----
- Que apesar da sugestão de apoio financeiro a delegação de Portalegre da Cruz Vermelha Portuguesa sobre os transportes de doentes urgente e não urgentes, equiparados a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Portalegre (proporcionalmente aos serviços no âmbito da saúde prestados por ambas as Associações de Utilidade Publica), nada consta para apoio ao funcionamento-----
- Que a Requalificação da Escola Cristóvão Falcão com valor previsto em 2021 de 45225€, claramente insuficiente relativamente ao valor previsto para a obra em valor superior a 2500.000€ -----
- Que sobre a Baja Portalegre está prevista uma redução de 50% no apoio concedido em 2020, de 100.000€ para 50.000€, sem qualquer justificação de apoio complementar-----
- Que o apoio as Juntas de freguesia de não só não foi aumentado, como antes pelo contrário for reduzido para 159600€ -----
- Que e apesar das várias recomendações efetuadas ao longo dos anos, persistem tratamentos diferenciados que privilegiam uma ou algumas freguesias em detrimento de outras-----
- Que não se encontram previstas verbas para intervenção na piscina municipal, encerrada desde 2019 -----
- Que e apesar de haver projeto de execução concluído e desde há vários anos valorizado, não se encontram previstas verbas para Requalificação da cobertura do mercado municipal, a qual e desde há vários anos apresenta deficiências de todos conhecidas -----



*Luís Calado*  
21/11

- Que e apesar do estado de degradação em que se encontra não se encontram previstas verbas para Requalificação do castelo de Portalegre-----
- Que e para além das obras públicas com investimento previsto em 7118.687€ não é visível qualquer estratégia de desenvolvimento económico e social para Portalegre -----
- Que e apesar das várias sugestões para reforço do apoio a famílias e empresas, nada de complementar ao já aprovado para 2020 foi considerado no OGOP, nomeadamente: -----
  - o Suspensão quotas fixas água no valor previsto de 878000€ -----
  - o Reforço de apoio ao movimento associativo (cultura, desporto e juventude), dos atuais 40000€ para valor pelo menos igual ao antes consignado no OGPO 2020 -----
  - o Instituições Particulares de Segurança Social-----
  - o Saúde, no apoio ao combate a Pandemia da Covid-19 -----

Em função do atrás exposto e porque entende o PSD dever continuar a lutar por Portalegre e pelos Portalegrenses, porque e apesar das várias insistências e pedidos de informação e esclarecimentos eles não foram sequer objeto de resposta, que devem o presente documento de OGOP 2021 ser revisto e melhorado, voto contra a presente proposta.-----

Portalegre, 27 de novembro de 2020" -----

#### **Declaração de Voto do Senhor Vereador Luís Calado**

"É no último dia do prazo, já prorrogado por lei, para a aprovação dos orçamentos municipais que a Presidente da Câmara apresenta a sua proposta de documentos previsionais para 2021. -----

Para tal foi necessário convocar uma reunião extraordinária, não tendo a CLIP sequer conseguido apresentar e debater a sua proposta no funcionamento normal e regular da Câmara Municipal. Este é, desde logo, um sinal da falta de vontade da Presidente da Câmara, e da maioria que a suporta, em ter documentos estratégicos que permitam o escrutínio democrático das despesas, a previsão de receitas e a sua aplicação nas necessidades estratégicas do desenvolvimento de Portalegre e do bem-estar dos portalegrenses. -----



2020 foi um ano atípico, em resultado da pandemia que afetou a vida de pessoas, empresas, instituições, associações e todos em geral, com uma significativa poupança financeira para a Câmara que deixou de assegurar muitas das suas funções essenciais, reduzindo despesas, ao mesmo tempo que tendo tido receitas específicas para o combate à pandemia descurou muitas das medidas que se impunham, amedalhando com essa poupança adicional. -----

E todos os indicadores apontam para a continuidade da pandemia e o prolongamento das suas consequências no ano de 2021. -----

Exigir-se-ia, portanto, um orçamento adequado a esta realidade, capaz de fazer frente às dificuldades crescentes das pessoas, das associações, do tecido económico e social, das micro e pequenas empresas, do comércio local, das instituições de solidariedade social, dos lares, das escolas e jardins de infância... -----

Isso mesmo foi transmitido à Presidente da Câmara em reunião realizada com a CDU, onde responsabilmente a CDU transmitiu a sua disponibilidade para viabilizar o orçamento para 2021, assente em medidas concretas de apoio às pessoas, às famílias, às associações e às micro e pequenas empresas: -----

- Baixar o preço da água e taxas associadas; -----
- Reduzir a taxa de IML; -----
- Valorizar os trabalhadores municipais e as suas funções em contexto de pandemia, com um justo subsídio de risco e salubridade; -----
- Promover a educação no município assegurando a gratuidade dos livros de fichas na escolaridade obrigatória e o reforço do investimento na ação social escolar e no funcionamento das escolas e jardins de infância; -----
- Apoiar adequadamente as associações culturais, desportivas, recreativas e de apoio social do concelho; -----
- Implementar um programa de apoio direto às micro e pequenas empresas que constituem o tecido económico do concelho, evitando falências e permitindo a manutenção dos postos de trabalho, aliviando as graves dificuldades que estão a atravessar. -----
- Equilibrar as despesas e receitas através da implementação de uma derrama a aplicar às grandes empresas, com lucros superiores a 100 mil euros, permitindo que estas



*Handwritten signature and initials*

*possam também contribuir solidariamente para o município e deixando de fazer depender as receitas municipais exclusivamente das cobranças feitas aos munícipes. -*

*Foram estas as premissas colocadas pela CDU para viabilizar o Orçamento num ano em que, mais do que obras públicas que não foram feitas nos últimos 10 anos, a prioridade deve dirigir-se às pessoas, e aos apoios socioeconómicos que permitam a sustentabilidade do tecido económico e social do concelho.-----*

*Nada disso teve resposta nesta proposta de orçamento, apresentada à pressa e apenas para cumprir calendário, percebendo-se de antemão que basta à CLIP manter o apoio tácito e tático que tem obtido do PS para as constantes alterações e revisões que lhe permitem governar sem prestar contas e como bem entende (em 2020, apesar da atipicidade do ano vivido, foram 13 as alterações orçamentais...), e fugindo assim ao escrutínio e controlo democráticos por parte dos órgãos autárquicos colegiais.-----*

*São estas as razões para o voto contra da CDU."-----*

**Declaração de voto dos Senhores Vereadores José Correia da Luz e João Velez**

*"Os vereadores José Correia da Luz e João Velez Afonso votaram contra os dois assuntos reportados acima porquanto: -----*

- 1. A entrega extremamente tardia dos documentos, nomeadamente no último dia legal para a aprovação daqueles documentos previsionais, o que impossibilitou qualquer tipo de discussão e análise aprofundada entre os membros da Concelhia do Partido Socialista de Portalegre, de forma a serem propostas sugestões ou alterações ao orçamento apresentado;-----*
  
- 2. Seria uma irresponsabilidade e uma falta de dever cívico para com os Portalegrenses, aprovar um documento que merece uma leitura e análise ponderada, cuja importância é vital para o bom funcionamento logístico e estratégico do concelho."-----*

**1547 – Para deliberar** - Pela Senhora Presidente foi presente as Grandes Opções do Plano 2021. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, com os votos contra dos Senhores Vereadores Armando Varela, Luis Calado, José Correia da Luz e João Velez, não aprovar as Grandes Opções do Plano para 2021. -----



### **Declaração de Voto do Senhor Vereador Armando Varela**

“Considerando que:

- *Foram solicitados por email de 2020-10-12 os mapas de execução orçamental relativamente a 2020, em momento imediatamente posterior ao convite endereçado ao PSD para apresentação de contributos sobre a presente proposta de Orçamento para 2021 -----*
- *Que estes mesmos elementos já haviam sido solicitados em reuniões de camara anteriores e continuaram a ser em reuniões de camara posteriores-----*
- *Que, porém, o executivo em permanência nunca entendeu disponibilidade para fornecimento dos elementos ora pedidos e consideradas indispensáveis ao exercício do legítimo e consagrado na lei, Direito de Oposição -----*

*Porém e havendo recebido os atuais documentos em apreciação sobre o OGOP 2021 em 2020-11-24, foi efetuado um esforço de análise e apresentação de contributos ainda que sem quaisquer elementos complementares para avaliação, sinalizamos as seguintes observações:-----*

- *Fundação Robinson -----*
  - *Falta de Orçamentação sobre o pagamento da quota parte de prejuízos devidos pela CMP entre os anos 2014 e 2019, no âmbito da Lei 50/2012 de 12 de julho em valor de 584131.88€ (56.57% - quota que a CMP tem na Fundação Robinson) e 1032582.43€ (100%)-----*
  - *Que os elementos de Fecho de contas de 2019, não foram apresentados em RCM, apesar de e ao que se julga saber estarem a funções a administradora delegada, Contabilista certificado e revisor oficial de contas-----*
- *Que apesar da sugestão de apoio financeiro a delegação de Portalegre da Cruz Vermelha Portuguesa sobre os transportes de doentes urgente e não urgentes, equiparados a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Portalegre (proporcionalmente aos serviços no âmbito da saúde prestados por ambas as Associações de Utilidade Publica), nada consta para apoio ao funcionamento-----*
- *Que a Requalificação da Escola Cristóvão Falcão com valor previsto em 2021 de 45225€, claramente insuficiente relativamente ao valor previsto para a obra em valor superior a 2500.000€ -----*
- *Que sobre a Baja Portalegre está prevista uma redução de 50% no apoio concedido em 2020, de 100.000€ para 50.000€, sem qualquer justificação de apoio complementar-----*





*Handwritten signature and initials*  
29/6

- Que o apoio as Juntas de freguesia de não só não foi aumentado, como antes pelo contrário for reduzido para 159600€-----
- Que e apesar das várias recomendações efetuadas ao longo dos anos, persistem tratamentos diferenciados que privilegiam uma ou algumas freguesias em detrimento de outras-----
- Que não se encontram previstas verbas para intervenção na piscina municipal, encerrada desde 2019 -----
- Que e apesar de haver projeto de execução concluído e desde há vários anos valorizado, não se encontram previstas verbas para Requalificação da cobertura do mercado municipal, a qual e desde há vários anos apresenta deficiências de todos conhecidas -----
- Que e apesar do estado de degradação em que se encontra não se encontram previstas verbas para Requalificação do castelo de Portalegre-----
- Que e para além das obras públicas com investimento previsto em 7118.687€ não é visível qualquer estratégia de desenvolvimento económico e social para Portalegre -----
- Que e apesar das várias sugestões para reforço do apoio a famílias e empresas, nada de complementar ao já aprovado para 2020 foi considerado no OGOP, nomeadamente: -----
  - o Suspensão quotas fixas água no valor previsto de 878000€ -----
  - o Reforço de apoio ao movimento associativo (cultura, desporto e juventude), dos atuais 40000€ para valor pelo menos igual ao antes consignado no OGPO 2020 -----
  - o Instituições Particulares de Segurança Social-----
  - o Saúde, no apoio ao combate a Pandemia da Covid-19-----

Em função do atrás exposto e porque entende o PSD dever continuar a lutar por Portalegre e pelos Portalegrenses, porque e apesar das várias insistências e pedidos de informação e esclarecimentos eles não foram sequer objeto de resposta, que devem o presente documento de OGOP 2021 ser revisto e melhorado, voto contra a presente proposta.-----

Portalegre, 27 de novembro de 2020" -----



*Luís Calado*  
76

**Declaração de Voto do Senhor Vereador Luís Calado**

*"É no último dia do prazo, já prorrogado por lei, para a aprovação dos orçamentos municipais que a Presidente da Câmara apresenta a sua proposta de documentos previsionais para 2021. -----*

*Para tal foi necessário convocar uma reunião extraordinária, não tendo a CLIP sequer conseguido apresentar e debater a sua proposta no funcionamento normal e regular da Câmara Municipal. Este é, desde logo, um sinal da falta de vontade da Presidente da Câmara, e da maioria que a suporta, em ter documentos estratégicos que permitam o escrutínio democrático das despesas, a previsão de receitas e a sua aplicação nas necessidades estratégicas do desenvolvimento de Portalegre e do bem-estar dos portalegrenses. -----*

*2020 foi um ano atípico, em resultado da pandemia que afetou a vida de pessoas, empresas, instituições, associações e todos em geral, com uma significativa poupança financeira para a Câmara que deixou de assegurar muitas das suas funções essenciais, reduzindo despesas, ao mesmo tempo que tendo tido receitas específicas para o combate à pandemia descurou muitas das medidas que se impunham, amealhando com essa poupança adicional. -----*

*E todos os indicadores apontam para a continuidade da pandemia e o prolongamento das suas consequências no ano de 2021. -----*

*Exigir-se-ia, portanto, um orçamento adequado a esta realidade, capaz de fazer frente às dificuldades crescentes das pessoas, das associações, do tecido económico e social, das micro e pequenas empresas, do comércio local, das instituições de solidariedade social, dos lares, das escolas e jardins de infância... -----*

*Isso mesmo foi transmitido à Presidente da Câmara em reunião realizada com a CDU, onde responsabilmente a CDU transmitiu a sua disponibilidade para viabilizar o orçamento para 2021, assente em medidas concretas de apoio às pessoas, às famílias, às associações e às micro e pequenas empresas: -----*

- Baixar o preço da água e taxas associadas; -----*
- Reduzir a taxa de IMI; -----*
- Valorizar os trabalhadores municipais e as suas funções em contexto de pandemia, com um justo subsídio de risco e salubridade; -----*



- Promover a educação no município assegurando a gratuitidade dos livros de fichas na escolaridade obrigatória e o reforço do investimento na ação social escolar e no funcionamento das escolas e jardins de infância;-----

- Apoiar adequadamente as associações culturais, desportivas, recreativas e de apoio social do concelho;-----

- Implementar um programa de apoio direto às micro e pequenas empresas que constituem o tecido económico do concelho, evitando falências e permitindo a manutenção dos postos de trabalho, aliviando as graves dificuldades que estão a atravessar.-----

- Equilibrar as despesas e receitas através da implementação de uma derrama a aplicar às grandes empresas, com lucros superiores a 100 mil euros, permitindo que estas possam também contribuir solidariamente para o município e deixando de fazer depender as receitas municipais exclusivamente das cobranças feitas aos munícipes. -

Foram estas as premissas colocadas pela CDU para viabilizar o Orçamento num ano em que, mais do que obras públicas que não foram feitas nos últimos 10 anos, a prioridade deve dirigir-se às pessoas, e aos apoios socioeconómicos que permitam a sustentabilidade do tecido económico e social do concelho.-----

Nada disso teve resposta nesta proposta de orçamento, apresentada à pressa e apenas para cumprir calendário, percebendo-se de antemão que basta à CLIP manter o apoio tácito e tático que tem obtido do PS para as constantes alterações e revisões que lhe permitem governar sem prestar contas e como bem entende (em 2020, apesar da atipicidade do ano vivido, foram 13 as alterações orçamentais...), e fugindo assim ao escrutínio e controlo democráticos por parte dos órgãos autárquicos colegiais.-----

São estas as razões para o voto contra da CDU."-----

#### **Declaração de voto dos Senhores Vereadores José Correia da Luz e João Velez**

"Os vereadores José Correia da Luz e João Velez Afonso votaram contra os dois assuntos reportados acima porquanto:-----

1. A entrega extremamente tardia dos documentos, nomeadamente no último dia legal para a aprovação daqueles documentos previsionais, o que impossibilitou qualquer tipo de discussão e análise aprofundada entre os membros da Concelhia do Partido Socialista de Portalegre, de forma a serem propostas sugestões ou alterações ao orçamento apresentado;-----



2. Seria uma irresponsabilidade e uma falta de dever cívico para com os Portalegrenses, aprovar um documento que merece uma leitura e análise ponderada, cuja importância é vital para o bom funcionamento logístico e estratégico do concelho." -----

### **Serviço Contratação Pública**

**1548 – Para deliberar** - Pela Senhora Presidente foi presente a informação n.º.20549 de 11/11/2020 do Serviço de Contratação Pública com proposta de aprovação da minuta do contrato de Gestão de eficiência energética para a implementação de medidas de melhoria da eficiência energética no sistema de iluminação pública (SIP) do concelho de Portalegre e delegar na Senhora Presidente a competência para marcação da data da assinatura do contrato. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato de Gestão de eficiência energética para a implementação de medidas de melhoria da eficiência energética no sistema de iluminação pública (SIP) do concelho de Portalegre e delegar na Senhora Presidente a competência para marcação da data da assinatura do contrato. -----

## **DIVISÃO DE ORDENAMENTO, PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA**

### **SERVIÇO DE ORDENAMENTO, PLANEAMENTO, GESTÃO URBANÍSTICA E LICENCIAMENTO**

#### **Pedido de Informação Prévia**

**1549 – Para deliberar** - Pelo Senhor Vereador João Nuno Cardoso foi presente informação DOPGU n.º 21366 de 23/11/2020 a propor o envio a reunião de Câmara para efeito de aprovação do pedido de informação prévia, ao abrigo do artigo 16º do RJUE, condicionado à obtenção do parecer favorável da Autoridade de Saúde. -----

O procedimento de controlo prévio a que se encontra sujeita a operação urbanística, será o de comunicação prévia (alínea f) do ponto 4 do artigo 4º do RJUE), contudo o requerente tem a possibilidade de opção pelo regime de licenciamento (ponto 6 do artigo 4º do RJUE).O pedido de licenciamento ou a apresentação da comunicação



prévia deve ser efetuado no prazo de um ano, após a decisão favorável do pedido de informação prévia. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de informação prévia, ao abrigo do artigo 16º do RJUE, condicionado à obtenção do parecer favorável da Autoridade de Saúde. -----

### Plano de Pormenor

**1550 – Para deliberar** - Pelo Senhor Vereador João Nuno Cardoso foi presente informação interna DOPGU n.º 21449 de 24/11/20202 a informar que o lote 44 definido no plano de pormenor do Bonfim, foi doado pela Câmara à APPACDM, que já submeteu o processo para apreciação, relativo à construção de um edifício destinado a um equipamento residencial da APPACDM, com capacidade para 30 utentes, bem como diversos serviços de apoio ao funcionamento da Instituição. -----

O projeto tem enquadramento em todas as disposições do regulamento do PP do Bonfim, ao nível de parâmetros urbanísticos e do uso (equipamento residencial). Contudo no PP do Bonfim estabelece expressamente para o lote 44 a utilização de "residência de professores", no quadro de áreas e no ponto 3 do artigo 14º do regulamento. -----

Assim, ao nível do uso e apesar de se tratar também de um equipamento residencial, propõe-se que o PP do Bonfim seja objeto de uma "correção material", ao abrigo do ponto 1 do artigo 122º do RJIGT (DL 80/2015 de 14/05), para que conste apenas "equipamento/estrutura residencial". -----

Assim, propõe-se que a Câmara delibere, ao abrigo dos pontos 2 e 3 do artigo 122º do RJIGT, o seguinte: -----

- 1 - A aceitação da presente correção material ao Plano de Pormenor do Bonfim, ao nível à clarificação do uso do lote 44 (equipamento/estrutura residencial); -----
- 2 - O envio à **Assembleia Municipal**; -----
- 3 - A transmissão posterior à CCDRALentejo. -----
- 4 - A publicação no Diário da República e depósito da DGT, da comunicação a emitir pela Câmara Municipal. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, a aceitação da presente correção material ao Plano de Pormenor do Bonfim, ao nível à clarificação do uso do lote 44 (equipamento/estrutura residencial), o seu envio à **Assembleia Municipal**, a transmissão posterior à CCDRALentejo e a



Câmara Municipal de Portalegre

publicação no Diário da República e depósito da DGT, da comunicação a emitir pela Câmara Municipal. -----

**1551 – APROVAÇÃO EM MINUTA**

De acordo com o disposto n.ºs 3 e 4 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

**1552 – ENCERRAMENTO DA REUNIAO**

E não havendo mais assuntos a tratar, pela Senhora Presidente foi encerrada a reunião, eram 11.28 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, José Manuel Gandum, que a secretariei. -----

A Presidente da Câmara

O Secretário